

Catolicismo e catarismo, um choque entre mitologias

Hilário Franco Júnior*

Resumo

A heresia de maior repercussão tanto na Idade Média quanto entre os estudiosos modernos, o catarismo, tem sido longamente examinada do ponto de vista teológico, ideológico e social. Embora muitos desses trabalhos sejam valiosos, eles não dão conta da complexidade histórica do objeto por deixarem de lado uma abordagem ainda hoje considerada menor, a da mitologia. É o que este artigo se propõe a fazer.

Palavras-chave: História medieval; Catarismo; Mitologia.

A partir da reforma eclesiástica conhecida, na historiografia, como Reforma Gregoriana devido ao seu mais importante representante, o papa Gregório VII (1073-1085), despontaram diversos movimentos heréticos no Ocidente cristão. Para o programa unitarista e centralizador de Roma, todos eles foram considerados perigosos e taxados negativamente pelos escritores oficiais. Alguns desses – caso de Raul Glaber, Ademar de Chabannes, Heriberto, Paulo de Chartres, Guibert de Nogent, Alberico de Três Fontes – viram a heresia como resultado da intervenção do Diabo. Geralmente chamada de “veneno”, “infecção” ou “peste” que contagia, a ela estava destinada a fogueira, de um lado, devido à prática medicinal de queimar o elemento contagioso para impedir sua proliferação, de outro, porque de acordo com o procedimento analógico do pensamento medieval, lhe cabia o fogo eterno, como explicou o inquisidor Bernardo Gui (2006, p.113) no século XIV.

Mas se entre princípios do século XI, com o camponês champanês Leutardo de Vertus, e princípios do XVI, com o monge agostiniano alemão Martinho Lutero, a Europa ocidental cristã foi sacudida por grande número de heresias, nenhuma mereceu, por parte da Igreja, tantas críticas e repressão tão dura quanto o catarismo. Ele só não foi a heresia mais perseguida na Alemanha – essa posição, para Lambert (1977, p.151),

* Professor da Universidade de São Paulo (USP) e membro do *Comité Scientifique du Centre d'Études Médiévales* da CNRS/Université de Bourgogne – França.

estava reservada ao valdeísmo, embora os primeiros cátaros tenham sido executados exatamente ali, em Colônia, inicialmente em 1143, depois em 1163.

A seguir, hereges daquela seita foram executados em diversos momentos e locais. Logo no começo da Cruzada de 1209-1229, dirigida contra eles, ocorreu o massacre dos vinte mil habitantes de Béziers. Apesar de discordantes, algumas cifras registradas pelas fontes são expressivas: naquela Cruzada, cerca de mil cátaros foram queimados vivos, sendo 140 deles apenas em Minerve, Roussillon; 60 em Casses, Lauragais; entre 300 e 400 em Lavaur, Albigeois. Posteriormente, 210 cátaros foram levados à fogueira em Moissac, Quercy, em 1234; 183 no Mont-Aimé, Champagne, em 1239; 220 em Montségur, Ariège, em 1244; 80 em Agen, Gasconha, em 1249; 200 em Verona, em 1278; 18 em Toulouse, em 1310. O confronto foi, portanto, longo – entre mais ou menos 1143 e 1329 – e violento – no total, estimativamente, cerca de dois mil cátaros queimados. Ou seja, número bastante expressivo para os padrões demográficos medievais, e em especial, para o universo cátaro, a se acreditar nas informações fornecidas, em 1250, pelo ex-herexe, então inquisidor dominicano, Raniero Sacconi (1974, p.50): o total das Igrejas cátaras contava, é verdade que após os massacres do começo do século, com quatro mil ministros.

O sistema religioso

A questão que então se coloca ao historiador é evidente: por que repressão tão dura? A resposta deve levar em conta que toda religião é constituída por uma mitologia, uma liturgia e uma ideologia, diferentemente desenvolvidas e articuladas conforme cada caso. Em relação ao catarismo, o último aspecto foi, sem dúvida, o mais estudado. Insistiu-se sobre o fato de aqueles hereges chamarem-se “cristãos” – *crestia* nas fontes vernáculas, *christiani* nas latinas –, considerarem-se a verdadeira Igreja – *gleisa de Dio*, *ecclesia Dei* – e, por decorrência, taxarem a Igreja católica de maligna – *gleisa malignant*, *ecclesiae malignantium*, *Ecclesiam diaboli*. O caráter apostólico que os hereges atribuíam à sua Igreja representava grande ameaça à Igreja romana, pretensamente fundada sobre Pedro e reivindicadora de poder universal – *katholikós*, *catholicus*. Apesar de, comparativamente com esta, a Igreja cátara possuir organização atomizada – não havia um poder central como o papado – e pouco hierarquizada – somente *episcopus*, *filius major*, *filius minor*, *diaconus* –, ela mostrou sua força

institucional ao reunir concílios em 1167 em Saint-Félix de Caraman, em Lauragais, e em 1206 em Mirepoix, Ariège.

Esses pontos levaram a especular sobre as diferenças entre a sociedade católica e a sociedade cátara. Frente ao feudalismo da primeira, com sua hierarquia relativamente rígida e sua desigualdade na posse dos bens de produção, a segunda teria sido mais aberta, mais flexível e igualitária, mesmo nas relações de gênero, inclusive no que dizia respeito à atividade sacerdotal, como mostraram Koch (1964, p.741-774), Semkov (1984, p.44-45) e Brenon (1992). A melhor manifestação desse contraste ideológico estava no juramento, base das relações feudo-vassálicas e ato expressamente proibido pelo catarismo, como revelam várias fontes, dentre elas o chamado *Rituel cathare* (1977, p.250). Diante disso, não foi mero procedimento metonímico que, no sul francês, “herege” tenha sido sinônimo de “cátaro”. É como utiliza a palavra Alain de Lille, mestre de Teologia da universidade de Paris, que escreveu uma suma “primeiro contra os hereges, segundo contra os valdenses, terceiro contra os judeus, quarto contra os pagãos.” (ALAIN DE LILLE, 1855, col. 308) Ou como fez Guilherme de Tudela (1976, p.24), que, por antonomásia, chamou os cátaros, em 1213, de *eretges*.

Para justificar a rejeição ao catarismo, os textos católicos medievais insistiram sobre um suposto segredo dos cátaros, que se reuniam de forma oculta para adorar o Diabo. O nome da seita, registrado pela primeira vez no Ocidente medieval em fins de 1163, parece já então conter certa intenção irônica, portanto ideológica. Seu autor, Eckberto de Schönau, afirma que os dissidentes autodenominavam-se, o que nenhuma outra fonte permite confirmar, pelo vocábulo usado 850 anos antes por Eusébio de Cesaréia para designar os hereges novacianos. Mas o autor medieval deixa claro, ao longo do texto, que os novos hereges eram o contrário do que o nome pretendia revelar – *καθαρός*, *katharos*, é “puro”, em grego. Ademais, o abade alemão (ECKBERTO, 1855, col.17-18) transmite um termo erudito – *catharos* –, porém afirma que a palavra é vernácula, o que permite pensar numa aproximação entre *kathar*, “cátaro”, *ketter*, “herege” e *katte*, “gato”, em médio alemão, hipótese reforçada pela etimologia fornecida, no fim do século XII, por Alain de Lille (1855, col.366), para quem *catharos* deriva de *catus*, animal diabólico. Embora seja texto curto de apenas seis fólios, a *Manifestatio haeresis*, texto cisterciense do começo do século XIII, utiliza quatro vezes a expressão *in suo* [dos hereges] *secreto*. Para a *Hystoria Albigensis*, escrita por outro cisterciense cerca de uma década depois, os hereges *dicebant etiam in secreto suo*. É verdade que, quando Nazário, bispo herege de Concorezzo, traz da Bulgária, por volta

de 1190, um manuscrito, ele o chama *secretum* (*Interrogatio Iohannis*, 1980, p.42), mas tão somente para indicar que havia uma mitologia cátara que não deveria ser de conhecimento dos não iniciados, tanto que, mesmo o crente só tinha acesso a ela quinze anos depois de aderir à seita, relata Eckberto (1855, col.19).

O aspecto ritual mereceu igualmente atenção dos historiadores, sobretudo associado ao ideológico. Ao contrário da complexa liturgia oficial, a herética não acontecia em local específico: um herege de Pamiers, sudoeste francês, ensinava que “Deus está tanto numa casa quanto na igreja.” (*Registre d’inquisition*, 1965, vol. III, p.15) Também diferentemente da liturgia católica, a cátara era composta por poucas etapas. A assembleia de fieis recitava o Pai Nosso, fazia confissão pública mensal – *aparelhament* – e participava de uma refeição ritual. O ponto central era a imposição das mãos, chamada de *consolament* em occitano ou *consolamentum* em latim, rito referido 24 vezes nos depoimentos à Inquisição da diocese de Pamiers. O crente que iria recebê-lo devia estar em jejum prolongado – três vezes por semana durante um ano ou mesmo mais. Colocado no centro da assembleia, ele lavava as mãos, fazia o *melhorier* ou *melioramentum* – pedido de benção ao ministro, acompanhado por uma inclinação do corpo ou uma genuflexão – e repetia o *Pater Noster* recitado pelo mais antigo ministro da comunidade. Era, então, exortado a guardar aquela oração todo o tempo de sua vida e, sobretudo, a jamais comer ou beber sem antes ter feito a prece.

A seguir, ele tinha a cabeça tocada pelos Evangelhos – ou especificamente pelo Evangelho de João, segundo outras fontes – e pela mão direita de cada assistente já anteriormente consolado. Constituído, como todo ser humano, pelo corpo – matéria – e pela alma – princípio vital representado pelo fôlego ou pelo sangue. O indivíduo passava, então, a ter em si o espírito divino – sonho, imaginação, reflexão. Depois, era lido o Prólogo do Evangelho de João, em latim, e recitado várias vezes o Pai Nosso. O *consolamentum* podia ser renovado, caso o indivíduo ou o oficiante viesse a cometer pecado grave, ingestão de comida de origem animal, homicídio, adultério, fornicção, furto, falso testemunho, perjúrio, como relatam várias fontes, dentre elas o cisterciense Pedro des Vaux-de-Cernay (1926, p.18). Ou seja, enquanto no catolicismo é a condição sacerdotal que serve de veículo para a transmissão do Espírito Santo, no catarismo é a pessoa do oficiante, da qual se exige, por isso, pureza total. Todos os outros que também impõem a mão precisam, antes da cerimônia, receber absolvição, pois um só deles em estado de pecado tornaria o rito inválido. Graças ao contato com aqueles que já tinham o espírito, o consolado realizava, em si, a união mística entre sua alma

aprisionada no corpo, e seu espírito, que tinha ficado no Céu quando da Queda dos anjos.

Esse único rito correspondia a três no catolicismo. Ele era batismo, recusado às crianças, com base em “Marcos”, XVI, 16, e administrado a adultos, da mesma forma que no cristianismo primitivo, como os cátaros tinham consciência e os católicos se recusavam a reconhecer. O catecúmeno devia ser apresentado à assembléia por um padrinho, o que o inseria na sociedade cátara de forma semelhante ao que o batismo fazia na sociedade católica. Mas, diferentemente, o batismo cátaro ocorria pela imposição da mão, pois se considerava que, sendo a água matéria, não poderia transmitir o Espírito Santo, como nos informa o dominicano Moneta de Cremona (1743, p.275, 279-283), razão pela qual os cátaros viam em João Batista, que batizou Cristo com água, um demônio, como diz *De heresi catharorum in Lombardia* (1949, p.311). O *consolamentum* correspondia ainda à ordenação sacerdotal do cristianismo primitivo. Após um noviciado que se estendia entre um e três anos, conforme cada caso, o consolado recebia dos oficiantes, em nome próprio da Igreja e de Deus, a condição de *bo home* ou *perfectus* e, portanto, a capacidade de batizar e ordenar novos “bons homens”. Por fim, aquele rito, quando administrado aos crentes moribundos, funcionava como a extrema-unção católica, permitindo a passagem para a morte em condições de interromper a transmigração da alma e possibilitar, assim, a ida ao Paraíso terreno. Mas para evitar a necessidade da *reconsolatio*, caso o doente sobrevivesse, os *perfecti* esperavam algum tempo depois do pedido antes de realizarem a imposição das mãos. Em suma, diante da pureza e da simplicidade litúrgica cátara, os sacramentos católicos eram considerados *deceptoría et diabolica* (SACCONI, 1974, p.42-43).¹

A mitologia, por sua vez, foi pouco estudada nas relações entre o catolicismo e o catarismo. Sobretudo porque, à primeira vista, dificultando a tarefa, seria preciso levar em conta a clássica proposição de Charles Schmidt (1996, p.311-368) quanto à divisão dos cátaros em dois grandes grupos. Um, dos radicais, igualava e opunha o princípio do Bem e o princípio do Mal, posição expressada pelo *Liber de duobus principiis*, de meados do século XIII. Outro, dos moderados, aceitava o princípio do Mal submetido ao do Bem, ideia veiculada pela *Interrogatio Iohannis*, tradução latina de original eslavo ou, mais provavelmente, grego, talvez de meados do século XI. Ademais, não teriam se tratado de dois blocos coesos, como sugere no interior da Igreja moderada de

¹ O testemunho deste dominicano de origem lombarda é fidedigno por ter sido cátaro por dezessete anos, como ele mesmo revela (SACCONI, 1974, p. 45, linhas 19-20).

Concorezzo a existência de mitos da criação, relatados pelo *Tractatus de hereticis*, de cerca de 1270, e diferentes daqueles veiculados pela *Interrogatio Iohannis*. Todavia, as discordâncias míticas parecem ter se limitado ao campo da cosmogonia e da escatologia, e, ainda assim, apenas na Itália, a partir de princípios do século XIII e em círculos sociais restritos. Como observa Jean Duvernoy, “é mais que provável que bom número de crentes ignoraram completamente tais divergências.” (DUVERNOY, 1976, p.107)

De qualquer forma, tanto a questão ideológica quanto a litúrgica reportavam, nas condições culturais do cristianismo medieval, à questão mítica. Entretanto, a historiografia atual, curiosamente prolongando nisso a teologia medieval, reluta em reconhecer que o cristianismo é mitologia. Ora, nascido em ambiente fortemente mítico e tendo a pretensão de se distanciar dele, o cristianismo declarava-se antimítico, porém o pensamento mítico era algo tão entranhado que, sendo ao mesmo tempo sujeitos e objetos dele, os cristãos não percebiam que o prolongavam mais do que o negavam.² Um exemplo desse entrelaçamento mítico-litúrgico-ideológico era o fato de os cátaros refutarem a matéria e acreditarem que o corpo humano é obra do Diabo. Daí não aceitarem a ressurreição dos corpos e, conseqüentemente, o trabalho da Igreja para alcançar essa meta, e não se preocuparem com a inumação dos mortos – prática semita adotada pelo cristianismo desde os primeiros tempos –, que podiam ser jogados num rio ou num poço, ser enterrados num porão ou num jardim.

Exegese católica, literalismo herético

Sendo cristãos, os hereges também estavam evidentemente impregnados de mitologia, mas, por adotarem uma visão literal do texto bíblico, negavam a mitologia católica. Para refutar a eucaristia, um cátaro de Bonn usou como argumento que, se nela realmente se comesse o corpo de Cristo, este deveria ter sido enorme, maior que a montanha de Hermelstein – a uns sessenta quilômetros daquela cidade –, relata-nos Eckberto de Schönau (1855, col.92). Adaptando-se ao seu ambiente geográfico, uma crônica francesa, para expressar aquela idéia herética, substituiu na frase a montanha pelos Alpes (VAUX-DE-CERNAY, 1926, p.13). Um herege provençal, por sua vez (*Le registre d'inquisition*, 1965, vol. II, p.411), referiu-se ao monte Bugarach, perto de

² Se certa teologia recente aceita o caráter mítico do cristianismo, os historiadores tendem a confundir discurso e crença nos testemunhos medievais, repetindo com estes que aquela religião é antimítica. Defendemos o contrário em vários estudos de casos (FRANCO JR, 2009).

Limoux, Aude, sudeste francês. O relato de um inquisidor (GUI, 2006, p.24) transmite aquela ironia dos hereges falando em *maximus mons*, sem maior precisão. Um dos grandes historiadores do cristianismo medieval, Raoul Manselli, percebeu que o mito é importante no catarismo, para logo afirmar “mas não como elemento orgânico e primordial para a conversão dos fiéis”. Afirmativa contradita mais adiante no mesmo trabalho, quando propõe que o fracasso da heresia deveu-se aos mendicantes que tiraram dos hereges “suas duas forças mais sólidas: a prática do Evangelho e a atração do mito”. Para o estudioso italiano, o mito está “completamente ausente” do *Liber de duobus principiis*, “o texto mais importante de reflexão teológica do catarismo.” (MANSELLI, 1985, p.15-16 e 13)

Ora, sem mitologia não há teologia, cuja função é exatamente fazer a exegese daquela, despi-la das metáforas que a constituem – o que não é tarefa neutra, e sim, de alto grau ideológico – para enfatizar aquilo que, do ponto de vista do exegeta, parece ser a essência do discurso mítico, assim pretensamente desmitologizado. O exercício exegetico é, portanto, próprio a sociedades fortemente míticas e sacerdotalizadas. Já no judaísmo antigo, o sentido imediato (*pshat*) do texto da Torá era depreciado face à tarefa de procurar (*drash*), e pesquisar (*midrach*) o sentido profundo, trabalho de especialistas. Se o texto bíblico não são “palavras vazias”, “Deuteronômio”, XXXII, 47 é porque, explicava o rabino Moshé ben Nah’mane (1194-1270), forma uma só frase, que desfila diante dos olhos humanos no rolo de pergaminho no qual a Torá é transcrita – que é amplificação de uma única palavra – o nome de Deus.

Desde os primeiros tempos, a maioria das autoridades espirituais e intelectuais do cristianismo, na tentativa de penetrar o mistério da palavra divina, entregou-se a uma exegese bastante interpretativa, fundada na decodificação das metáforas e alegorias que imaginavam ser, necessariamente, utilizadas por Deus para falar aos homens, que, de outra forma, não poderiam alcançar o sentido de sua mensagem.³ Mais respeitosos da letra do que do espírito das Escrituras, outros cristãos propunham, simplesmente, acompanhar muito de perto o discurso bíblico. Tal postura colocava, contudo, dois problemas às autoridades da nascente organização eclesiástica. De um lado, ela supunha que todos poderiam ter acesso à Bíblia, não apenas os iluminados pelo Espírito Santo,

³ São Paulo recorre a “uma sabedoria que não é deste mundo”, ensina “uma sabedoria divina, misteriosa, escondida, predestinada por Deus”, pois o homem não pode entender as coisas do espírito, que lhe parecem loucura, porque é preciso falar “de realidades espirituais em termos espirituais”, “é preciso julgá-las espiritualmente”. (“I Coríntios”, II, 6-7, 13-14) Os Pais da Igreja, orientais e ocidentais, insistem bastante sobre os limites da compreensão humana e a necessidade da iluminação divina para alcançar sua palavra.

isto é, aqueles que, em linha direta, desde os apóstolos, tinham recebido tal poder de Cristo. De outro lado, a leitura bíblica literal punha à mostra o nítido caráter mítico do texto, contrariando a pretensa oposição do *Logos* divino frente ao *Mythos* pagão. Facilmente se poderia cair, como fez Apelle, um marcionita de princípios do século III, em atitude derrisória, diante de certas narrativas bíblicas, no caso a descrição do Éden, contra o que precisou reagir Santo Ambrósio, por volta de 377, redigindo seu tratado *De Paradiso*.

De certo ponto de vista, pode-se afirmar que a história do cristianismo medieval foi o embate entre literalismo e alegorismo, este tornado oficial e rotulado positivamente (teologia), aquele marginalizado e expurgado (heresia). Basta lembrar uns poucos casos para ilustrar o processo. Em fins do século X, na diocese de Ratisbona, um grupo negou a Encarnação argumentando que, por ser Verbo, este não se fez carne, se se fez carne não pode ser o Verbo. Os hereges de Arras, em 1025, tinham uma doutrina da justificação que dispensava a função salvadora de Cristo, ao alegar o texto sagrado pelo qual toda boa dádiva e todo dom perfeito vem do alto, desce do Pai das luzes. Os hereges do Périgord, alguns anos depois, recusaram adorar o crucifixo, pretextando as palavras do salmista, segundo os quais os ídolos são prata e ouro, obras de mãos humanas. Os hereges de Châlons-sur-Marne, entre 1043 e 1048, recusaram-se a matar animais argumentando com o mandamento não matarás. Os hereges de Orléans, Monteforte, Châlons-sur-Marne e os cátaros realizavam o batismo pela imposição das mãos, quer dizer pelo fogo do Espírito Santo, superior ao feito com água, fundando-se em versículos dos Evangelhos e dos Atos dos Apóstolos. Os petrobrusianos rejeitaram o batismo infantil baseados em passagem evangélica. A Trindade não foi aceita pelos hereges de Orleans, de Monteforte e pelos cátaros por não haver referência explícita a ela no texto bíblico. Os hereges do Périgord desprezaram a eucaristia católica e limitaram-se a seguir o começo da descrição evangélica da divisão do pão porque a sequência do relato – “isso é meu corpo” – soava-lhes muito alegórica.

Foi, por acreditar que era seu nome que aparecia na fórmula do exorcismo eclesiástico *per eum qui venturus est judicare vivos e mortuos*, que Eun da Bretanha se proclamou Filho de Deus, juiz dos vivos e dos mortos, antes de ser condenado, em 1148, pelo concílio de Reims, e morrer pouco depois. Henrique de Le Mans e Arnaldo de Brescia defenderam a prática da confissão mútua, sem necessidade de sacerdote, apoiando-se na “Epístola de Tiago” (V, 16). A pobreza dos apóstolos, descrita pelos Evangelhos foi praticada nos séculos IV-V pelos apotáticos – do grego *apotattomai*, “eu

renuncio” –, no começo do século XI, pelos hereges da cidade de Arras; na segunda metade do século XI, no norte italiano, pelos patarinos; na mesma região, nas últimas décadas do século XIII e primeiras do século XIV, pelos apostólicos de Geraldo Segarelli e Dolcino de Novara; no sudeste francês dos séculos XII-XVI, pelos valdenses. Esses, baseados em “Mateus” (VI, 34), não se preocupavam com o amanhã, recusavam propriedade pessoal e levavam vida de pobreza voluntária, inspirados por seu líder, o comerciante lionês Valdo, que entregou seus bens imobiliários à esposa, dividiu parte dos valores mobiliários entre os filhos e a maior parte doou aos pobres. Os valdenses rezavam dezenas de vezes por dia o Pater Noster, porém desprezavam a Ave Maria por não ter origem bíblica, por ser prece “composta pela Igreja romana e não por Cristo.” (GUI, 2006, p.54)

Os milenaristas acreditavam no reino perfeito terrestre porque o profeta proclamara a vinda de uma época de paz na qual “o lobo viverá com o cordeiro, a pantera com o cabrito, o bezerro e o leãozinho comerão juntos” (“Isaías”, XI, 6), época que só poderia ser aquela posteriormente anunciada pelo apóstolo, quando os bons “reinarão com Cristo por mil anos” (“Apocalipse”, XX, 4). É expressivo que, para os passaginos, hereges judaizantes do norte italiano, o Antigo Testamento fosse observado *ad litteram* justamente por seguirem ao pé da letra algumas passagens do Novo Testamento. Dentre elas, por exemplo, “não pensem que vim anular a Lei de Moisés e o ensinamento dos profetas. Não vim suprimi-los, mas lhes dar todo seu sentido”; “se alguém peca contra um só mandamento da Lei, mesmo observando os demais é culpado em relação a todos”. Por seguirem estritamente textos veterotestamentários, eles se circuncidavam e respeitavam o sábado, não o domingo, afirmando que este é dia do Senhor para o cristianismo oficial em função de interpretação da Igreja, não da autoridade bíblica. Os passaginos combatiam as instituições eclesásticas, não devido aos maus costumes do clero católico, como argumentavam muitos outros grupos heréticos, e sim, devido ao silêncio bíblico sobre elas, do que concluíam que *ecclesiastice magisteria sunt humane institutionis* (PREPOSTINO DE CREMONA, 1958, p.159). Da mesma forma, negavam o batismo de crianças, porque o Pecado Original é dado teológico, não bíblico – que, pelo contrário, fala da inocência e da falta de crença das crianças (“Mateus”, XVIII, 1-3; “Marcos”, XVI, 16).

Os cátaros viam o “Mal” presente em todas as coisas terrenas, fundando-se nas “tribulações do mundo” e no fato de que, segundo Cristo, “meu reino não é deste mundo” (“João”, XVI, 33; XVIII, 36). O reino a que ele se refere é o angelical, pois é

um anjo, é criação do Pai, portanto inferior a Ele, como as Escrituras afirmam em diversas passagens, sobretudo quando ele mesmo reconhece que “o Pai é maior que eu” (“João”, XIV, 28). A crença deles na preexistência das almas encontrava seu fundamento bíblico no versículo “ninguém subiu ao Céu senão aquele que desceu do Céu” (“João”, III, 13). Se naquela seita antes de receber o *consolament* que o tornaria um “perfeito”, o indivíduo comprometia-se a não matar, não jurar, não julgar, era por oposição à sociedade feudo-clerical, como já lembramos, mas igualmente por respeito estrito ao que prescreve o texto bíblico. Porque está dito que “se a árvore cair no sul ou no norte, permanece no lugar em que caiu” (“Eclesiastes”, XI, 3), aquela heresia não aceitou a novidade do Purgatório. Porque alguns textos bíblicos afirmam que cada cristão é templo de Deus, a Igreja dos cátaros “*non es de peiras ni de fusta ni de ninguna cosa feita de man*”, diz o Ritual de Dublin. (1960, p.820) Esse texto, da primeira metade do século XIII, é uma verdadeira coletânea de passagens neotestamentárias por meio das quais justifica as proibições heréticas de matar, fornicar, roubar, mentir, jurar, amaldiçoar, bem como a prática do batismo pela imposição das mãos, além de explicar o fato de a Igreja cátara ser perseguida. Logo no prefácio ao seu tratado de 1241 contra os cátaros, um inquisidor dominicano italiano explicita a origem dos erros dos hereges. Esses tomam ao pé da letra – *quod ad litteram credunt* – o texto bíblico. (MONETA DE CREMONA, 1743, p.4)⁴

Inspirando-se no comportamento de Jesus, que pregava primeiro a purificação do interior para depois obter a purificação do exterior, isto é, que condenava o ritualismo sem conteúdo, beguinas e beguinos, logo se aproximaram dos grupos que defendiam a primazia do Espírito sobre todas as normas e convenções e, por decorrência, a liberação das restrições sociais de comportamento. Lembravam, assim, os agapetas do século IV, criticados por Cipriano, Jerônimo e diversos concílios, antes de serem definitivamente condenados pelo Concílio de Latrão de 1139. Com efeito, os agapetas tinham defendido que nada pode ser impuro para consciências puras, aceitando literalmente o ensinamento evangélico de que é aquilo que vem do coração que torna o homem impuro. Ou ainda, de que o valor das coisas e dos atos está no olho que os vê (“Mateus”, XV, 17-18; “Lucas”, XI, 34). De todo modo, tais idéias faziam parte do clima espiritual do século XIII, que levava os membros de diversas comunidades

⁴ Ainda hoje, algumas correntes protestantes adotam a leitura literal do texto bíblico, caso da evangélica e da pentecostalista. Contudo, a mais visível expressão atual do literalismo bíblico é a teoria do criacionismo, que, contra o evolucionismo darwinista, propõe o relato do “Gênesis”, para explicar a origem do mundo e do homem.

heréticas a dormirem juntos, independentemente de sexo, condição familiar e idade, como demonstração de fraternidade e prova de castidade. Foi o caso, na Alemanha, dos condormentes – *cum dormire* –, na Itália dos apostólicos e dos *fraticelli* franciscanos.

A própria condição de herege derivava de uma interpretação literal que estava na base das outras: “é melhor obedecer a Deus que aos homens” (“Atos dos Apóstolos”, V, 29), lembravam henricinos, valdenses e apostólicos. Enfim – é nossa hipótese – o confronto entre catolicismo e catarismo foi, em última análise, um embate mitológico.

A mitologia cátara

Muitas fontes míticas do cristianismo eram negadas pelos cátaros. Do texto bíblico, a grande matriz mítica cristã, valorizavam, rigorosamente falando, apenas os Evangelhos e as Epístolas. O Antigo Testamento não havia sido aceito na Antiguidade por marcionitas, severianos e maniqueus, na Idade Média pelos leutardinos, orleaneses, arraenses e henricinos. Entretanto, a crítica realizada pelos cátaros foi mais dura. Para eles, tudo que é narrado no Antigo Testamento é obra de um mentiroso, um *mendax*, Satanás, por exemplo, o autor do Dilúvio (VAUX-DE-CERNAY, 1926, p.9-10; MONETA DE CREMONA, 1743, p.163-165; SACCONI, 1974, p.9-10). A lei mosaica é *lex peccati, vel mortis*. Do Antigo Testamento, os cátaros radicais aceitavam apenas alguns livros – “Profetas”, “Salmos”, “Provérbios”, “Sabedoria”, “Eclesiástico” – do que, evidentemente, decorria a recusa à origem do mundo e do homem, relatada pelos autores do “Gênesis”.

Embora houvesse certa unidade doutrinal cátara, baseada na noção de uma natureza má, oposta à interpretação católica, existiam nuances quanto à questão central do Mal. Para os cátaros rigoristas, para os albigenses do sul francês e os albanenses do norte italiano, do Deus bom jamais poderia nascer o Mal, que era, dessa forma, uma realidade em si, com existência própria. Havia dois deuses iguais em poder, sabedoria e criatividade – *ergo sunt potentia, sapientia et ingenio pares* –, testemunha em 1235 um laico italiano. Poucos anos mais tarde, um dominicano, também italiano (MONETA, 1743, p.7-10), precisava a idéia cátara: há dois princípios sem início e sem fim, por consequência dois deuses, dois reinos, duas cortes, duas criações, uma visível e outra invisível.

Um herege occitano declarou à Inquisição, no começo do século XIV, não acreditar que “Deus tenha feito o Diabo” (*Le registre d’inquisition*, 1965, vol. I, p.304).

A criação do mundo foi obra do Deus mau, inclusive fenômenos aparentemente positivos: *deus benignum non faciebat florere nec granare*, declara um herege ao inquisidor (*Le registre d'inquisition*, 1965, vol. I, p.283). Ou seja, embora vegetarianos, os *boni homines* classificavam as plantas como forças negativas, apenas menos negativas que os produtos de origem animal, pois, ao contrário destes, não nasciam de coito, e tudo que nasce de coito não pode servir de alimento. No relato bíblico sobre Adão feito de terra, aqueles cátaros introduziram importante mudança ao atribuir tal tarefa não a Deus, e sim, ao Diabo, como relatam, dentre outros, Anselmo de Alexandria, Burci e Sacconi. Ademais, segundo eles, o Diabo aprisionou em cada corpo humano um dos anjos cuja queda provocara.

Os cátaros moderados – Igreja de Concorezzo, perto de Milão –, por sua vez, pensavam que o Mal surgiu do livre arbítrio de um anjo, Satanás ou Lúcifer, que convenceu um terço da multidão de anjos a acompanhá-lo durante nove dias e nove noites os anjos enganados caíram como chuva (MONETA, 1965, p.4 e 110; *Le registre d'inquisition*, 1965, vol. II, p.407). Logo, o Mal é elemento acidental da realidade, não intrínseco a ela. Ele surgiu no interior do mundo do Bem, pois Deus é onipotente, afirmavam aqueles hereges, conforme o relato transmitido em fins do século XII por Prepostino de Cremona, futuro chanceler da Universidade de Paris. Aliás, para algumas fontes (caso de VAUX-DE-CERNAY, 1926, p.12), Satanás era irmão de Cristo, para outra (PREPOSTINO, 1958, p.4-6) era irmão de Adão. A criação do mundo foi, portanto, ato de imitação material da criação espiritual. No primeiro corpo humano criado, Satanás aprisionou um anjo, Adão, o *Spiritus Adae*, espírito coletivo do qual emanam as almas individuais, *omnes animae* (MONETA, 1743, p.110, 112 e 129). Ou seja, da mesma forma que a carne se reproduz da carne, a alma se reproduz da alma, daí não ser possível pensar, como fazem os católicos, que Deus cria nova alma a cada novo nascimento.⁵ Mesmo porque, nesse caso, como Deus ignoraria que elas vão pecar? (MONETA, 1743, p.132-135).

De acordo com a descrição de uma herege, interrogada pela Inquisição em 1322, o Diabo tinha encarcerado os espíritos em corpos materiais que não se mexiam. Sem ter

⁵ A tese da preexistência das almas, todas criadas de uma só vez no começo dos tempos, antes da criação do homem, vinha, segundo os polemistas anticátaros, de Orígenes (1978). É o que afirmam pelo menos dois textos: um, escrito, por volta de 1235, talvez pelo dominicano Pedro de Verona (1947, p.327); outro, de cerca de 1220, devido a um valdense convertido ao catolicismo, Durando de Huesca (1969, p.166). A crença cátara na preexistência das almas é atestada ainda por *Interrogatio Iohannis*, 1980, p. 64; Eckberto (1855, col.96); Alain de Lille (1855, col.312); Moneta (1743 p.6); Sacconi (1974, p.59); *Le registre d'inquisition* (1965, vol. I, p.205-206 e vol .II, p.218).

poder para superar essa limitação, o Diabo pediu tal concessão a Deus, que concordou com ele, desde que as almas que insuflasse ficassem com Ele, restando ao Diabo apenas os corpos. Assim, por caminhos diferentes, as duas correntes cátaras estavam afastadas do entendimento cristão oficial, que desde Agostinho via o Mal como um não-ser, como ausência de Bem, enquanto para os hereges, ele era realidade física – mundo – e psicológica – mente humana. Porque não aceitaram o Pecado Original e a suposta falta primordial de Eva. Todos os cátaros deram à mulher papel importante na sua sociedade, o que ampliou o fosso ideológico entre ortodoxia e heresia.

A mitologia do Além, também, era diferente entre os cátaros, cujo dualismo, tanto absoluto quanto moderado, negava a novidade do espaço intermediário do Purgatório, reportam Eckberto, Moneta e Sacconi. O Inferno para os cátaros não era local extraterreno, mas a própria Terra, onde as almas sofriam pelo fato de estarem enjauladas nos corpos e, em consequência, terem necessidades e deficiências próprias à sua materialidade. O Paraíso celeste é local espiritual para seres que, finalmente, recuperariam sua condição angelical de origem. A viagem da alma, até lá, ocorre em duas etapas. Na inicial, com duração de três dias, ela vai para a *terram novam* esperar a ressurreição geral, que acontecerá apenas quando todas as almas forem salvas; é uma região provisória, talvez o terceiro Céu, onde a reunião do “perfeito” com seu espírito leva-o ao êxtase. Na etapa final, a alma vai à terra dos vivos – *terra viventium* –, local da Luz, da felicidade paradisíaca. Esse sétimo Céu é descrito como positividade espiritual, “lugar de alegria”, e também – seguindo um *topos* da literatura medieval de viagens ao além, como negatividade de sensações terrenas, como lugar “onde não havia nem sede, nem fome, nem frio, nem calor.” (*Le registre d’inquisition*, 1965, vol. II, p.50-51)

Como não há livre arbítrio, apenas depois que todas as almas do Deus bom penitenciam, isto é, purificarem-se pela transmigração em novos corpos materiais até receberem o *consolamentum*, puderam ir ao Paraíso terrestre, onde recuperaram seus corpos espirituais. Na verdade, “toda criatura de Deus será salva” (*Le registre d’inquisition*, 1965, vol. III, p.220). Após o Juízo Final, cuja existência os cátaros absolutos negavam, elas voltaram à pátria celeste e o mundo acaba. Imaginava-se que com o fim dos tempos haveria reunificação do masculino com o feminino. Além desse ponto, há outros comuns entre a Cabala judaica, nascida entre 1150 e 1220, no Languedoc, e o catarismo, forte naquela região. Ambas as espiritualidades aceitam a doutrina da preexistência das almas e de sua transmigração e sentem forte angústia

diante do mal, da morte, dos demônios, do caos – o célebre *nihil* cátaro. Isso levou alguns autores do século XIII, judeus e cristãos, e outros atuais, como Gershom Scholem, Étienne Delaruelle e Shulamith Shahar, a sugerirem que a estreita convivência entre judeus e cristãos naquele local não deve ter sido estranha à eclosão do catarismo. Proposta sedutora, mas que não deve fazer esquecer divergências importantes entre as mitologias dos dois grupos. O Antigo Testamento, já assinalado anteriormente, era rejeitado pelos cátaros, que menosprezavam Moisés, personagem que teria recebido de Satanás os três pedaços de madeira destinados à crucificação de Cristo. (*Interrogatio Iohannis*, 1980, p.68)

É bem conhecida a interpretação dada pelos cátaros a uma passagem do Evangelho de João que se refere a Deus dizendo que “por Ele tudo foi feito, sem Ele nada foi feito”, o que se tornou na tradução herética “todas as coisas são feitas por Ele, sem Ele é feito o nada” (*Nouveau Testament traduit*, 1887, p.155). O que à primeira vista parece questão meramente doutrinal – o *nient* cátaro é conjunto de realidades desprovidas de valor – era, a rigor, expressão da oposição de mitologias que fundavam visões de mundo contrárias. O entendimento dado a *nihil* revela que, para os cátaros, todo o invisível foi criado por Deus, enquanto todo o visível é obra do Diabo. Ou seja, o Reino de um lado, o Mundo de outro. Para fugir deste, é preciso odiá-lo, é preciso negar a matéria, a começar por aquela carregada pela alma. Para os hereges *natura spiritus est tota bona, ergo natura carnis est tota mala* (PREPOSTINO, 1958, p.20) daí se impor a conclusão de que *diabolus creavit corpus* (PREPOSTINO, 1958, p.10). Aliás, foi Satanás que mostrou aos humanos como reproduzir seus corpos. Sob forma de serpente, com sua cauda, fornicou com Eva, gerando Caim, e ensinando o pecado, que a primeira mulher praticaria com Adão para conceber Abel.⁶ Em razão disso, a elite religiosa cátara, *bonshommes* ou *perfect*, proclamava a necessidade de combater o próprio corpo, rejeitando para tanto o sexo e a alimentação de origem animal, caso contrário, a morte não seria uma libertação, e sim, a passagem da alma para outra prisão, outro corpo, humano ou animal.

A profissão de fé cátara incluía uma declaração de “jamais, consciente e voluntariamente, comer queijo, leite, ovos, carne de ave, réptil ou animal” (*Rituel cathare*, 1977, p.250; ALAIN DE LILLE, 1855, col.376; MONETA, 1743, p.138-141;

⁶ *Interrogatio Iohannis* (1980, p.60); Moneta (1743, p.111). Tal tradição mítica era antiga, estando registrada, com variações, entre outros, por Rabbí Eliezer (1984, p.162). No ambiente cristão, Saturnino de Antioquia (século II) tinha considerado o casamento e a reprodução obras de Satanás, segundo o relato de Ireneu de Lyon (1979, I, 24, 2, p.324-325).

SACCONI, 1974, p.43; GUI, 2006, p.18-19). A implicação maior da rejeição da matéria, e causa do vegetarianismo foi, entre os rigoristas, a crença na metempsicose, já presente em certas mitologias orientais, africanas, pagãs clássicas e cristãs primitivas. Platão, por exemplo, tinha considerado o corpo como prisão – *phroura* – da alma e recomendado o vegetarianismo. Mas ele aceitava a reencarnação em corpos de todos os animais, mesmo de peixes e moluscos, enquanto os cátaros negavam-na em ratos, serpentes e sapos – os três podiam ser mortos – e em peixes, que podiam ser comidos pelos *perfecti*. Ademais, o filósofo grego negou o suicídio, enquanto os cátaros franceses praticaram, a partir de 1273, a *endura*, suicídio religioso não obrigatório para os doentes terminais que já tinham recebido o *consolament*.⁷ Mais próximas ao conceito cátaro da reencarnação estavam especulações que Orígenes tinha feito no século III, embora também ele, por influência platônica, atribuisse alma a todos os seres animados, inclusive peixes.

De qualquer maneira, porque os cátaros pensavam no corpo como prisão, cárcere, a aceitação da metempsicose entre eles foi inegável, como comprovam os testemunhos de Alain de Lille, Pedro des Vaux-de-Cernay, Moneta de Cremona, Raniero Sacconi, Bernardo Gui e as atas da Inquisição na diocese de Pamiers. Por causa da metempsicose os cátaros não podiam matar, como mostra a narrativa sobre dois “perfeitos” que encontram numa floresta um esquilo preso a uma armadilha. Sabendo que no pequeno animal podia estar uma alma, soltam-no e no lugar deixam algumas moedas para não prejudicar o caçador que vivia desse trabalho (*Le registre d’inquisition*, 1965, vol. II, p.107 e vol. III, p.306). Por sugerir crença na metempsicose, indício de catarismo, os inquisidores suspeitavam daqueles que nunca matavam algum animal. Em 1247, duas mulheres do sul francês foram condenadas por terem se recusado a abater galinhas para cozinhar (*Le registre d’inquisition*, 1965, vol. I, p.221). Como observa com razão, Manselli (1989, p.142), a metempsicose era, de um lado, mecanismo usado por Satanás para fazer os anjos aprisionados em corpos materiais esquecerem sua origem celeste, de outro, era sucedâneo da doutrina católica do

⁷ Platão (1926, p.7-9; 1925, p.207, 209, 211 e 213). A legitimidade de comer peixe foi ensinada pelo próprio Cristo, de acordo com o último “perfeito” pirenaico: *Le registre d’inquisition*, 1965, vol.III, p.137. A *endura* aparece vinte vezes nos processos inquisitoriais realizados pelo bispo de Pamiers, cf. o Índice de *Le registre d’inquisition*, vol.III, p.540. Ela aparece dezessete vezes nas sentenças pronunciadas na mesma época por outro inquisidor: Índice de *Le livre des sentences*, 2002, vol.II, p.1789.

Purgatório, era meio de expiação que se prolongava por número variável de reencarnações, conforme as fontes.⁸

A rejeição à carne, tanto sexual quanto alimentar, não era, portanto, apenas um dado anedótico, tinha enormes implicações no plano ideológico e ritual. Significava a negação do mito central do catolicismo, o da dupla natureza de Cristo. Na Antiguidade, a rejeição daquele mito tinha começado desde os primeiros tempos da nova religião. Foi o caso, já no século I, dos carpocratianos, que viram em Cristo apenas um homem sábio e dos ebionitas que O consideraram um homem nascido de mulher não virgem, de parto normal, não miraculoso, e que se tornaria depois Filho de Deus tão somente por sua virtude. Os docetistas do século II negaram que Cristo, ser espiritual, pudesse assumir forma carnal e nela ter sofrido a morte para depois ressuscitar. Os encratistas, entre os séculos II e V, não aceitaram a versão oficial de que o pecado de Adão teria sido resgatado pelo sangue derramado de Cristo. Os nestorianos do século IV consideraram Jesus um homem que participou da divindade sem ter nascido como tal – por isso, Maria é Christotokos, não Theotokos –, daí suas duas naturezas, humana e divina, coexistentes sem se fundirem.

No entanto, foram os cátaros que levaram às últimas consequências aquelas interpretações. Para eles, parecia aberrante falar em natureza humana de Cristo, e que, ainda, que não poderia fazer parte do gênero humano. Ele tinha sido um anjo, como Maria e João Evangelista (PREPOSTINO, 1958, p.46-50; PEDRO DE VERONA, 1947, p.321; MONETA, 1743, p.239; *Le registre d'inquisition*, 1965, vol. II, p.45-46 e 53). Ele fora o mensageiro que ensinou aos *bos crestias*, através do Evangelho, por ordem de Deus, o *baptisme esperital*, possibilitando, assim, que entrassem em contato direto com a Divindade. Logo, Cristo não se encarnou, apenas assumiu falsa aparência de carne, diziam os cátaros alemães, apareceu de maneira espiritual no corpo de Paulo, afirmavam os albigenses. Como decorrência, Ele nunca comeu ou bebeu, nem sentiu fome, frio ou calor (SACCONI, 1974, p.51; *Le registre d'inquisition*, 1965, vol. II, p.409), nem morreu, nem ressuscitou, e por consequência não há, ao contrário do que prega a Igreja católica, ressurreição da carne para os fiéis.

⁸ Sete vezes para Vaux-de-Cernay (1926, p.13). De oito a dezesseis para Alain de Lille (1855, col.317). Sete ou nove de acordo com o depoimento de um herege transcrito em *Le registre d'inquisition* (1965, vol. I, p.207). Nove para outros interrogados pela Inquisição (*Le registre d'inquisition*, p.220, 229, 473). O apóstolo Paulo que tinha inicialmente sido mau, perseguindo cristãos, precisou de treze reencarnações antes de se salvar (cf. *Le registre d'inquisition*, vol. III, p.179 e 220).

Considerações finais

Explicadas as razões da forte perseguição aos cátaros, faltaria tentar esclarecer as razões da vitória católica naquele conflito, para tanto, sendo necessário, porém, outro trabalho. Limitemo-nos, então, a indicar duas direções de pesquisa. De um lado, certa transformação no papel do mito na sociedade cristã do século XIV. O progresso do pensamento lógico aristotélico diante do pensamento analógico platônico, o desenvolvimento do conhecimento em medicina, física, matemática e geografia, a ampliação da vida urbana e das trocas comerciais foram fatores que arrastaram a mitologia cristã para as fímbrias do viver ocidental. Ela não desapareceu, é claro, porém perdeu a força explicativa que tivera desde princípios do cristianismo. Não é casual que o grande sucesso herético posterior, os protestantismos, tenha se fundado bem menos na mitologia do que na ideologia – predestinação, fragmentação de seitas, ministério laico e feminino – e na liturgia, mais desenvolvida que a cátara, menos que a católica. De outro lado, a mensagem mítica cátara contribuiu para seu próprio fim devido a duas contradições internas. Uma, a necessidade de proporcionar corpos, para as almas se purificarem a cada reencarnação, era dificultada pela depreciação da matéria, devido à reprodução biológica. Outra, a proibição estrita de matar, portanto de se defender, deixou a sociedade cátara à mercê de seus inimigos, e conduziu à sua dissolução. Esses dois fatores representaram quase uma *endura* coletiva.

Abstract

The heresy of major repercussion so much in the Middle Age as between the modern medievalists, the Cathar movement, has been deeply examined of the theological, ideological and social points of view. Although many of these works are valuable, they don't envisage the historical complexity of the object because they leave today of side an approach considered smaller, the mythological approach. It is what this article intends to do.

Key words: Medieval history; Cathar heresy; Mitology.

Referências

ALAIN DE LILLE. *De fide catholica contra haereticos sui temporis praesertim Albigenses*. PL 210, 1855, col.305-430.

AMBRÓSIO. *Il Paradiso terrestre*. Ed. Karl Schenkl. Trad. Paolo Siniscalco. Milão/Roma: Biblioteca Ambrosiana/Città Nuova, 1984. (Sancti Ambrossi Opera, 2-I).

ANSELMO DE ALEXANDRIA. *Tractatus de hereticis*. Ed. Antoine Dondaine. In: "Hiérarchie cathare en Italie. II". *Archivum Fratrum Praedicatorum*, Roma, n. 20, p.308-324, 1950.

BRENON, Anne. *Les femmes cathares*. Paris: Perrin, 1992.

BURCI, Salvo. *Liber Supra Stella*. *Aevum*, Milão, n. 19, p.307-341, 1945.

CLÉDAT, Léon. (Ed.) *Le Nouveau Testament*. Traduit au XIII siècle en langue provençale suivi d'un rituel cathare. Paris: Leroux, 1887.

De heresi catharorum in Lombardia. Ed. Antoine Dondaine. In: "Hiérarchie cathare en Italie". *Archivum Fratrum Praedicatorum*, Roma, n. 19, p.306-312, 1949.

DELARUELLE, Étienne. "L'état actuel des études sur le catharisme". *Cathares en Languedoc*. Toulouse: Privat, p.8-41, 1989. (Cahiers de Fanjeaux, 3).

DURANDO DE HUESCA. *Liber antiheresis*. Ed. Christine Thouzellier. In: DURANDO DE HUESCA, *Hérésie et hérétiques: vaudois, cathares, patarins, albigeois*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1969.

DUVERNOY, Jean. *La religion des cathares*. Toulouse: Privat, 1976.

DUVERNOY, Jean (Ed.) *Le registre d'inquisition de Jacques Fournier: évêque de Pamiers (1318-1325)*. Toulouse: Privat, 1965. 3 v.

ECKBERTO DE SCHÖNAU. *Sermones contra catharos*, PL 195, 1855, col.14-98.

ELIEZER, Rabbí. *Los capítulos de Rabbí Eliezer*. 21. Ed. David Luria. Trad. Miguel Pérez Fernández. Valencia: Institución San Jerónimo para la Investigación Bíblica, 1984.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A eva barbada: ensaios de mitologia medieval*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. 247p.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Os três dedos de Adão: ensaios de mitologia medieval*. São Paulo (SP): EDUSP, 2010. 416p.

GUI, Bernardo. *Manuel de l'inquisiteur*. Trad. Guillaume Mollat. Paris: Les Belles Lettres, 2006.

GUILHERME DE TUDELA. *La chanson de la Croisade albigeoise*. Trad. Eugène Martin-Chabot. Paris: Les Belles Lettres, 1976.

IRENEU DE LYON. *Contre les hérésies*. Trad. Adelin Rousseau e Louis Doutreleau. Paris: Cerf, 1979.

KOCH, Gottfried. "Die Frau im mittelalterlichen Katharismus und Waldensertum". *Studi Medievali*, Spoleto, v. 5, p.741-774, 1964.

LAMBERT, Malcom. *Medieval heresy, popular movements from Bogomil to Hus*. Londres: Edward Arnold, 1977.

Le livre des sentences de l'inquisiteur Bernard Gui, 1308-1323. Trad. Annette Pales-Gobilliard. Paris: CNRS, 2002.

Le livre secret des cathares. Interrogatio Iohannis, apocryphe d'origine bogomile. Trad. Edina Bozóky. Paris: Beauchesne, 1980.

Le Nouveau Testament traduit au XIII siècle en langue provençale suivi d'un rituel Cathare (Ed. Léon Clédât). Paris: Leroux, 1887.

Le registre d'inquisition de Jacques Fournier, évêque de Pamiers (1318-1325). (Ed. Jean Duvernoy). Toulouse: Privat, 1965, 3 volumes.

Manifestatio haeresis Albigensium et Lugdunensium. Ed. Antoine Dondaine. In: "Durand de Huesca et la polémique anticathare", *Archivum Fratrum Praedicatorum*, Roma, n. 39, p.268-271, 1959.

MANSELLI, Raoul. "Évangélisme et mythe dans la foi cathare". *Heresis*, Carcassonne, v. 5, p.5-17, 1985.

MONETA CREMONA. *Adversus catharos et valdenses*. Ed. Tommaso Agostino Ricchini. Roma: Nicolau e Marco Palearini, 1743.

ORÍGENES. *Traité des principes*. Trad. Henri Crouzel e Manlio Simonetti. Paris: Cerf, 1978.

PEDRO DE VERONA. "Une Somme contre les hérétiques de Saint Pierre Martyr". *Archivum Fratrum Praedicatorum* (ed. Thomas Käppeli), 10, n. 17, p.320-335, 1947.

PLATÃO. *Phédon*. Trad. Léon Robin. Paris: Les Belles Lettres, 1926.

PLATÃO. *Timée*. Trad. Albert Rivaud. Paris : Les Belles Lettres, 1925.

PREPOSTINO DE CREMONA. *Symma contra haereticos*. Ed. Joseph Garvin e James Corbett. Notre Dame (Indiana): University of Notre Dame Press, 1958.

Rituel cathare. Ed. Christine Thouzellier. Paris: Cerf, 1977 (Sources Chrétiennes, 236).

SACCONI, Raniero. "Summa de catharis et leonistis seu pauperibus de Lugduno". *Archivum Fratrum Praedicatorum*, Roma, v. 44, p.43-60, 1974.

SCHMIDT, Charles. *Histoire et doctrine de la secte des Cathares ou Albigeois [1848-1849]*. Paris: J. de Bonnot, 1996.

SCHOLEM, Gershom. *Les origines de la Kabbale*. Paris: Aubier-Montaigne, 1966.

SEMKOV, Georgi. “Le contexte socio-économique du catharisme au Mas-Saintes-Puelles dans la première moitié du 13ème siècle”. *Heresis*, Carcassonne, v. 2, p.34-53, 1984.

SHAHAR, Shulamit. “Le catharisme et le début de la Cabale”. *Annales*. Paris, n. 29, p.1185-1210, 1974.

“Un recueil cathare: le manuscrit A.6.10 de la Collection vaudoise de Dublin”. (Ed.Théo Venckeleer), *Revue Belge de Philologie et d’Histoire*, Bruxelles, n. 38, p.820-831, 1960.

VAUX-DE-CERNAY, Pedro des. *Hystoria Albigensis*. Ed. Pascal Guébin e Ernest Lyon. Paris: Honoré Champion, 1926.